

CONCEPÇÕES DE PERDÃO EM CRIANÇAS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Edizângela de Fátima Cruz de Souza ¹
Gabrielle Sanches Cabral ²
Eloá Losano de Abreu ³

RESUMO

As relações entre os indivíduos, inclusive entre crianças, atravessam situações de conflitos e injustiças, fazendo com que precisem elaborar estratégias para a resolução desses problemas, sendo o perdão uma dessas estratégias apontadas pela literatura. A partir disso, o objetivo do presente estudo foi realizar uma análise de conteúdo das respostas de crianças de sete a 12 anos de idade a uma entrevista sobre concepções de perdão. Para tanto, os participantes foram 169 crianças de escolas públicas e privadas, com idades entre sete e 12 anos ($M=9,78$; $DP=1,75$). O instrumento utilizado foi a Entrevista de Concepções de Perdão em Crianças, em que foram apresentados três contextos de injustiças hipotéticos (revelação do segredo, agressão física e descoberta da mentira) e, posteriormente, foram feitas algumas perguntas, nas quais as respostas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para análise dos dados obtidos, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin, em que as informações foram organizadas, analisadas por juízes e interpretadas à luz da literatura. Dessa forma, seis categorias temáticas foram definidas: Sentimentos frente à ofensa, Vingança, Razões do ofensor, Pedido de desculpas, Condições para perdoar e Definições para perdoar. Além disso, foi possível observar a importância do pedido de desculpas para as crianças na decisão de perdoar e que as crianças ainda estão voltadas para comportamentos e atitudes do ofensor do que a sua própria perspectiva de vítima ao definir o perdão. Portanto, destaca-se a contribuição desse estudo para a literatura da área, levando em consideração que as concepções de perdão não são muito estudadas no Brasil, oferecendo informações novas para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Concepções de perdão, Crianças, Análise de conteúdo.

INTRODUÇÃO

Nas relações interpessoais, há uma grande incidência de conflitos, o que faz com que seja necessária a elaboração de estratégias para que os indivíduos possam lidar com sentimentos negativos, como a mágoa e a raiva. Nesse sentido, o perdão pode ser visto como uma dessas estratégias. O perdão é definido, a partir da perspectiva desenvolvimentista, como: “uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos, afetos e comportamentos negativos para com uma pessoa que a ofendeu injustamente. E ao mesmo

¹ Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, edizangela.cruz@outlook.com;

² Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, gabi.sanchesc@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, eloa.losano@academico.ufpb.br.

tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor para com o outro que ofendeu” (ENRIGHT; FREEDMAN; RIQUE, 1998, p. 46-47).

O estudo do perdão está se expandindo desde a década de 1980 e tem Robert D. Enright como um dos principais precursores e estudiosos da área. Uma das perspectivas elaboradas por seu grupo foi o modelo cognitivo-social do perdão, em que pressupõe seis raciocínios do perdão relacionados à idade e julgamento moral de adolescentes e adultos diante de um contexto de injustiça: perdão como vingança; perdão por restituição ou compensação; perdão por expectativas sociais; perdão por expectativa institucional; perdão pela harmonia social; e o perdão pela compaixão ou por amor incondicional (ENRIGHT; SANTOS; AL-MABUK, 1989).

Não há uma grande variedade de estudos que abarquem as concepções de perdão em crianças e as particularidades dessa fase. No Brasil, Abreu e Moreira e Rique (2011), ao investigar a qualidade do pensamento do perdão interpessoal e das condições nas quais o perdão é oferecido por crianças, encontraram que as definições de perdão das crianças estão mais relacionadas, por exemplo, ao pedido de desculpas, ao ato reparação e ao voltar a brincar.

Os estudos apontam o pedido de desculpas como facilitador para o perdão, pois pode fazer com que as crianças se sintam melhor e avaliem mais positivamente o seu ofensor (MA et al., 2018). A reparação funciona de forma semelhante, contribuindo na decisão de perdoar e diminuindo os sentimentos negativos, em que representa uma tentativa de demonstrar arrependimento por parte do ofensor (DRELL; JASWAL, 2016). Apesar de não ser citado como um elemento fundamental, a reconciliação também está presente nas concepções de perdão das crianças, em que esses sujeitos também procuram definir o perdão como “voltar a ser amigos” e “voltar a brincar” (TAYSI; ORCAN, 2017).

Nessa direção, o objetivo desse estudo foi realizar uma análise de conteúdo, nos moldes propostos por Bardin (2011) das respostas de crianças de sete a 12 anos de idade a uma entrevista sobre concepções de perdão. Como objetivos específicos, têm-se: (1) identificar os elementos condicionantes na decisão de perdoar; (2) verificar se o pedido de desculpas se apresenta como um elemento essencial para o perdão; (3) verificar se a intencionalidade da ofensa interfere na decisão de perdoar; (4) verificar como as crianças definem o perdão.

Como hipóteses, esperou-se encontrar: (1) concepções de perdão que indicassem os principais elementos considerados pelas crianças ao decidir perdoar, e que esses elementos estariam relacionados a demonstrações concretas de arrependimento e de reparação (com ou sem o pedido de desculpas); (2) como o pedido de desculpas funcionaria como um facilitador ou uma condição necessária para o perdão ocorrer; (3) uma diferença entre as concepções de

perdão de crianças mais novas e mais velhas, tendo em vista a maturidade cognitiva e afetiva, e a possibilidade de considerar de elementos subjetivos na análise da situação de injustiça.

Sendo assim, esse estudo se mostra relevante na medida em que o perdão consiste em uma estratégia para a resolução de conflitos e pode favorecer o bem-estar físico e psicológico das pessoas, podendo, então, subsidiar futuras intervenções e aplicações em diversos âmbitos. Contudo, apesar de toda contribuição, ainda é uma área pouco explorada, em que estudos com o perdão em crianças são escassos.

METODOLOGIA

Participantes

A pesquisa contou com 169 crianças, com idades entre sete e 12 anos ($M=9,78$; $DP=1,75$), sendo 102 estudantes de escola privada e 67 estudantes de escola pública, dividindo-se em dois grupos de idade: Grupo 1: 68 crianças de sete a nove anos ($M=7,85$; $DP=0,71$) e Grupo 2: 101 crianças de 10 a 12 anos ($M= 11,07$; $DP=0,78$).

Instrumentos

A *Entrevista sobre concepções de perdão em crianças* é um instrumento que consiste em uma entrevista semiestruturada, na qual foram apresentadas três histórias com cenários hipotéticos, solicitando que a criança se imagine em circunstâncias de injustiça em relação a um ofensor. Assim, os três contextos se referem a: uma situação em que um segredo da criança é revelado por um(a) amigo(a); a criança sofre uma agressão física; e outra criança a engana por meio de uma mentira. Posteriormente, algumas perguntas foram realizadas no intuito de identificar as concepções de perdão e se há elementos (características da ofensa ou atitudes do ofensor) que podem influenciar ao ato de perdoar dessas crianças.

Procedimento

Todos os procedimentos éticos foram seguidos de acordo com as recomendações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Nesse sentido, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, após isso, os responsáveis autorizaram a participação das crianças mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Posteriormente, a coleta de dados foi realizada em um ambiente individualizado

nas escolas públicas e privadas da cidade de João Pessoa/PB, sendo que as respostas das crianças foram gravadas e transcritas na íntegra para análise.

Para analisar as respostas das crianças, foi realizado o procedimento de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Sendo assim, seguindo as três etapas estabelecidas, primeiramente, na pré-análise, buscou-se sistematizar as ideias do estudo, preparar o material para ser analisado e organizar categorias prévias a partir da elaboração de uma tabela com critérios. A segunda etapa consiste na exploração do material, tendo sido feita uma análise de juízes, em que os elementos do material analisado foram reorganizados de acordo com as características em comum e as categorias foram definidas. Por último, a terceira etapa é a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, na qual foram realizadas operações estatísticas em porcentagens, destacando as informações mais relevantes para análise, em que, posteriormente, os resultados obtidos foram interpretados a partir de inferências baseadas na literatura da área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, não foi identificada uma influência dos grupos de idade nas respostas das crianças, apenas em algumas categorias. Ainda assim, foi possível perceber que o grupo de crianças mais velhas apresentou respostas mais elaboradas e mais diversificadas do que o das crianças mais novas. Deve-se destacar, também, a diferença na quantidade de crianças nos grupos de idade, em que o grupo 1 apresenta uma amostra menor do que a do grupo 2, devido à necessidade de interrupção da coleta de dados com o advento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A seguir, serão apresentados os resultados por categoria de análise de conteúdo.

Com relação aos sentimentos gerados por cada ofensa, nas histórias da revelação do segredo e da descoberta da mentira, relataram com maior frequência o sentimento de tristeza (85,20% e 86,39%, respectivamente) e menor frequência o sentimento de raiva (74,55% e 62,13%, respectivamente). Já na história da agressão, as crianças apresentaram mais raiva (57,98%) do que tristeza (44,97%). Além desses, no cenário da revelação do segredo, as crianças mencionaram outros tipos de sentimentos, como por exemplo, sentiram-se traídas (2,36%) e decepcionadas (1,77%). O cenário de revelação do segredo foi o que apresentou a maior frequência geral de sentimentos negativos (39,77%), seguido do cenário da descoberta da mentira (35,88%) e da história da agressão (24,33%). Pode-se destacar, ainda, que as crianças do grupo 1 da escola pública apresentaram um padrão diferente do restante da amostra,

revelando maior frequência de sentimentos negativos no cenário da agressão (35,13%), seguido do cenário da revelação do segredo (32,43%) e do cenário da mentira (32,43%).

A vingança consiste em um elemento importante para analisar os contextos de injustiça nas crianças. Foi observado que as crianças do grupo 1 (67,64%) aceitaram mais alternativas em que se vingariam do ofensor (como contar para um adulto para que ele ou ela ficasse de castigo) do que as do grupo 2 (42,57%). Ao analisar a capacidade das crianças em compreender as razões e sentimentos do ofensor, foi constatado que 88,75% das crianças foram capazes de inferir sobre sentimentos e motivações do ofensor. No entanto, 11,25% das crianças apresentaram algum tipo de dificuldade em adotar a perspectiva do ofensor após a situação de injustiça.

De maneira geral, a maioria das crianças (94,08%) concordou de alguma forma que o pedido de desculpas facilita a atitude de perdoar, mas ainda é preciso destacar que algumas crianças (5,91%) diferenciaram os contextos de injustiça para analisar o papel do pedido de desculpas. Em alguns contextos, esse elemento não tornou o perdão mais fácil, como por exemplo, seis crianças (3,55%) que indicaram que o pedido de desculpas não ajuda a perdoar no cenário da mentira. Assim, fazendo uma relação com outras respostas dessas mesmas crianças, foi possível perceber que esses contextos de injustiça, para essas crianças, também foram considerados os mais graves. Ou seja, parece que, quando a injustiça gera muitos sentimentos negativos, fica mais difícil perdoar apenas com o pedido de desculpas.

No que se refere às condições necessárias para perdoar, o pedido de desculpas (84,61%) e não repetir o erro (43,58%) foram as condições mais citadas em todos os grupos. 19 crianças (11,24%) apresentaram a condição da ausência de intencionalidade, sendo importante destacar que, destas, 17 expressaram essa condição no contexto de injustiça da agressão. Isso também acontece com a condição de reparação, que foi mencionada por 33 crianças (19,52%), sendo que 22 foram na história da descoberta da mentira. Algumas crianças também indicaram que não precisariam de condições para perdoar, ou seja, perdoariam de qualquer forma, o que representa 4,14% de crianças, sendo exclusivamente crianças de escola privada. Também houve menção de condições relacionadas ao diálogo para perdoar e resolver os conflitos com o ofensor (31= 18,34%), como a explicação dos motivos do ofensor (11,24%) e conversar com o ofensor (7,10%), em que foram apontadas principalmente por crianças do grupo 2 (27= 15,97%) do que no grupo 1 (5= 2,95%).

Por fim, com relação às definições de perdão, oito crianças (4,73%) não conseguiram ou não souberam responder o que significa perdoar. Das demais, 48 crianças (28,40%) consideraram como sinônimos ou equivalentes o perdão com o pedido de desculpas,

correspondendo à definição mais citada em todas as escolas e grupos. Também se observou que, ao definir o perdão, muitas crianças ainda se mantiveram com foco no que o ofensor deveria fazer para conseguir o perdão, como por exemplo, definem o perdão como não repetir o erro (8,87%) e arrependimento (5,32%). É possível perceber, ainda, que o grupo 2 apresentou uma maior variedade de definições, o que significa uma compreensão mais elaborada do perdão, com processos reflexivos e cognitivos mais elaborados ao definir o perdão, como entender o outro (2,36%) e ponderar sobre as ações do outro (0,59%).

A partir dos resultados, pode-se perceber que o pedido de desculpas foi um elemento importante nas concepções de perdão das crianças, o que condiz com a literatura, em que apresenta o pedido de desculpas como facilitador na decisão de perdoar (ABREU; MOREIRA; RIQUE, 2011). Ademais, esse elemento também pode diminuir os sentimentos negativos em relação ao ofensor e fazer com que o indivíduo se sinta melhor (DARBY; SCHLENKER, 1982; TAYSI; ORCAN, 2017). O contexto de injustiça da agressão, por sua vez, foi a história que teve menos indicações de sentimentos negativos por, provavelmente, as crianças terem inferido uma ausência de intencionalidade e, por isso, seria o tipo de ofensa menos grave para elas.

Outro ponto a se destacar é a predominância do grupo 1 em relação ao grupo 2 na concordância na opção de vingança, corroborando com resultados de estudos anteriores da área, como o de Enright, Santos e Al-Mabuk (1989), em que demonstraram que crianças mais novas apresentam mais disposição para utilizar a punição após uma situação de injustiça. Ainda em relação aos grupos de idade, o fato encontrado que as crianças do grupo 2 terem mencionado condições associadas com o diálogo na resolução de conflitos também é condizente com a literatura, visto que crianças mais velhas, por estarem em estágios de TPS e de empatia mais elevados, procuram compreender mais seus ofensores e as motivações que os levaram a cometer a transgressão.

Considerando que essa amostra de crianças também respondeu a outros instrumentos para Planos de Trabalho diferentes desse mesmo projeto, também foi possível observar que as crianças que apresentaram dificuldades em adotar a perspectiva do ofensor após a injustiça estavam predominantemente no estágio 1 de Tomada de Perspectiva Social (TPS). Esse estágio é caracterizado pela incapacidade de diferenciar a sua perspectiva com a dos outros, fazendo com que não consiga distinguir os pontos de vista e tome o seu como o correto (SELMAN, 1975). Sendo assim, a dificuldade que essas crianças apresentam é coerente com o nível que elas ainda estão de TPS.

As crianças, ainda, mostraram foco nas ações do ofensor ao definir o perdão, por, provavelmente, não se sentirem como vítimas, visto que são ensinadas a pedir desculpas sempre

que cometem uma injustiça, mas não há reflexão sobre seus sentimentos após sofrerem uma ofensa. Com isso, as crianças são mais voltadas a aspectos concretos, como o pedido de desculpas e a reparação, e na perspectiva do ofensor, tornando-se relevante para estudos futuros auxiliar a esses sujeitos a adotarem ambas as perspectivas, a do ofensor e a da vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que esse estudo atingiu o objetivo proposto, visto que foi possível realizar uma análise de conteúdo das respostas de crianças à entrevista sobre concepções de perdão. Diante disso, os resultados mostraram uma organização em categorias relacionadas aos Sentimentos frente à ofensa, Vingança, Razões do ofensor, Pedido de desculpas, Condições para perdoar e Definições para perdoar. Além disso, observou-se que as crianças mais velhas apresentaram respostas mais elaboradas e com processos mais reflexivos, enquanto as crianças mais novas demonstraram ainda estarem voltadas a processos mais primitivos, a exemplo de uma maior concordância com a opção de vingança após uma situação de injustiça.

Nesse sentido, esses resultados demonstram a importância de se aprofundar acerca das concepções de perdão em crianças, uma vez que o perdão pode ser considerado uma estratégia na resolução de conflitos. Logo, o estudo apresentou informações novas para o conhecimento científico ao se constituir como um avanço na compreensão do perdão em crianças, principalmente por essa temática não ser muito estudada no Brasil, e também pode estimular a busca na promoção do bem-estar da sociedade e subsidiar posteriores intervenções na área.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. L.; MOREIRA, P. L.; RIQUE, J. O pensamento moral do perdão em crianças. **Psicol. argum**, p. 249-258, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo. **SP: Edições**, v. 70, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. RESOLUÇÃO Nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

DARBY, B. W.; SCHLENKER, B. R. Children's reactions to apologies. **Journal of personality and social psychology**, v. 43, n. 4, p. 742, 1982.

DRELL, M. B.; JASWAL, V. K. Making amends: Children's expectations about and responses to apologies. **Social Development**, v. 25, n. 4, p. 742-758, 2016.



ENRIGHT, R. D.; FREEDMAN, S.; RIQUE, J. The psychology of interpersonal forgiveness. **Exploring forgiveness**, p. 46-62, 1998.

ENRIGHT, R. D.; SANTOS, M. J. D.; AL-MABUK, R. The adolescent as forgiver. **Journal of adolescence**, v. 12, n. 1, p. 95-110, 1989.

MA, F. et al. Apologies repair children's trust: The mediating role of emotions. **Journal of experimental child psychology**, v. 176, p. 1-12, 2018.

SELMAN, R. L. Level of social perspective taking and the development of empathy in children: Speculations from a Social-Cognitive viewpoint. **Journal of Moral Education**, v. 5, n. 1, p. 35-43, 1975.

TAYSI, E.; ORCAN, F. The conceptualisation of forgiveness among Turkish children and adolescents. **International journal of psychology**, v. 52, n. 6, p. 473-481, 2017.